

DOCUMENTO METODOLÓGICO

VERSÃO 2.0

DEZEMBRO DE 2021

Designação da operação estatística: Estatísticas dos Processos no Tribunal de Contas

Sigla da operação estatística: Não aplicável

Código da operação estatística: 482

Código da atividade estatística - CGA: 369

Código de versão do DMET: 2.0

Data de entrada em vigor da versão do DMET: dezembro 2021

Data da última atualização do DMET: dezembro de 2021

Entidade responsável pela operação estatística: Direção-Geral da Política de Justiça

ÍNDICE

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA	4
• <i>I.1 Designação da operação estatística</i>	4
• <i>I.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística</i>	4
• <i>I.3 Código da operação estatística</i>	4
• <i>I.4 Código SIGINE (modelo estatístico)</i>	4
• <i>I.5 Código da Atividade Estatística</i>	4
• <i>I.6 Código de Versão do Documento Metodológico</i>	4
• <i>I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico</i>	4
• <i>I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico</i>	4
• <i>I.9 Entidade responsável pela operação estatística</i>	5
• <i>I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação</i>	5
II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO	6
III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO	7
• <i>III.1 Contexto da operação estatística</i>	7
• <i>III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação</i>	8
• <i>III.3 Objetivos da operação estatística</i>	9
• <i>III.4 Financiamento da operação estatística</i>	9
IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL	10
• <i>IV.1 Tipo de operação estatística</i>	10
• <i>IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística</i>	10
• <i>IV.3 Periodicidade da operação estatística</i>	10
• <i>IV.5 Principais utilizadores da informação</i>	11
• <i>IV.6 Difusão</i>	11
○ <i>IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação</i>	11
○ <i>IV.6.2 Revisões</i>	12
▪ <i>IV.6.2.1 Tipos de revisões de dados adotadas:</i>	12
▪ <i>IV.6.2.2 Circunstância em que são efetuadas as revisões:</i>	12
▪ <i>IV.6.2.3 Frequência das revisões:</i>	12
○ <i>IV.6.3 Produtos de difusão regular</i>	12
V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	13
• <i>V.1 População-alvo</i>	13
• <i>V.2 Base de amostragem</i>	13
• <i>V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação</i>	13
• <i>V.4 Desenho da amostra</i>	13

○ V.4.1 Características da amostra	13
○ V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra	13
● V.5 Construção do (s) questionário(s)	13
○ V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)	13
○ V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)	14
● V.6 Recolha de dados.....	14
○ V.6.1 Recolha direta de dados	14
○ V.6.2 Recolha não-direta de dados	15
● V.7 Tratamento de dados	15
○ V.7.1 Validação e análise	15
○ V.7.2 Tratamento de não respostas	16
○ V.7.3 Obtenção de resultados	16
○ V.7.4 Ajustamentos dos dados.....	16
○ V.7.5 Comparabilidade e coerência	16
○ V.7.6 Confidencialidade dos dados	17
VI. Suportes de recolha e Variáveis de observação	18
VII. Variáveis Derivadas	20
VIII. Indicadores a disponibilizar	21
IX. Conceitos	23
X. Classificações	24
XI. Siglas e abreviaturas	25
XII. Bibliografia.....	26

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

- ***1.1 Designação da operação estatística***

Estatísticas dos Processos no Tribunal de Contas.

- ***1.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística***

Não aplicável.

- ***1.3 Código da operação estatística***

482

- ***1.4 Código SIGINE (modelo estatístico)***

Não aplicável.

- ***1.5 Código da Atividade Estatística***

40 - Justiça

401 - Estatísticas Jurisdicionais

369 - Estatísticas dos Processos no Tribunal de Cotas

- ***1.6 Código de Versão do Documento Metodológico***

2.0

- ***1.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico***

Dezembro de 2021

- ***1.8 Data da última atualização do Documento Metodológico***

Dezembro de 2021

- ***1.9 Entidade responsável pela operação estatística***

- Entidade: Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Unidade Orgânica (UO): Divisão das Estatísticas da Justiça (DEJ)
- Técnico responsável:

Nome: Chefe da Divisão de Estatísticas da Justiça

Telefone: 21 792 4000

E-mail: correio@dgpj.mj.pt

- Ponto focal no INE:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais/

/Serviço de Estatísticas do Mercado de Trabalho (DES/TR)

Nome: António Ribeiro

Telefone: +351 218426100 Ext: 3010

E-mail: antonio.ribeiro@ine.pt

- ***1.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação***

Não aplicável.

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<u>Nova versão:</u>	
• Alteração de variáveis de observação	<input type="checkbox"/>
• Alteração de conceitos	<input type="checkbox"/>
• Alteração de classificações	<input type="checkbox"/>
• Alteração de produtos de difusão	<input type="checkbox"/>
• Alteração de fontes estatísticas	<input type="checkbox"/>
• Alteração do método de recolha	<input type="checkbox"/>
• Alteração de âmbito na população	<input type="checkbox"/>
• Alteração do desenho amostral	<input type="checkbox"/>
• Outros motivos	<input checked="" type="checkbox"/>
<i>Especificar: A versão 2.0 é motivada pela atualização do Documento Metodológico para o formato de 2011.</i>	

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

- *III.1 Contexto da operação estatística*

A operação estatística visa contabilizar os processos movimentados no Tribunal de Contas, ao qual compete, designadamente, fiscalizar a legalidade e a regularidade das receitas e despesas públicas, julgar as contas que a lei manda submeter-lhe, dar parecer sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas, apreciar a gestão financeira pública, efetivar as responsabilidades financeiras. São neste âmbito contabilizados anualmente, em sede de fiscalização prévia, os processos de visto e os recursos ordinários de decisões de recusa de visto entrados, findos e pendentes. São ainda contabilizados os pareceres sobre a Conta Geral do Estado, as Contas das Regiões Autónomas, da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, as auditorias e verificação de contas, os processos de efetivação de responsabilidade financeira e respetivos recursos, bem como as guias emitidas para pagamento voluntário de multas.

Esta operação estatística iniciou-se em 1983, pelo então Gabinete de Estudos e Planeamento (GEPMJ), tendo vindo a sofrer diversas atualizações face às alterações legislativas ocorridas.

- **III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- **Necessidades resultantes de obrigações legais:**
 - Legislação comunitária..... ☐
Especificar: _____
 - Compromissos perante organizações internacionais..... ☐
Especificar: _____
 - Legislação nacional..... ☐
Especificar: _____
- **Pedido direto de informação por parte do/de:**
 - Entidades públicas nacionais..... ☐
Especificar: _____
 - Entidades comunitárias
 - Programa Estatístico Europeu..... ☐
 - Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”)..... ☐
 - Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras..... ☐
Especificar: _____
 - Conselho Superior de Estatística..... ☐
Especificar: _____
- Resultado de inquéritos às necessidades dos utilizadores..... ☐
- Necessidades de informação de outras operações estatísticas..... ☐
- Contrato/Protocolo específico com Entidade externa..... ☐
- Outras necessidades ☒
Especificar: *Existência de indicadores sobre a atividade dos serviços de Justiça para resposta a pedidos de investigadores e estudantes, da comunicação social, de entidades públicas nacionais, do Governo e a inquéritos internacionais.*

- **III.3 Objetivos da operação estatística**

Com esta operação estatística pretende-se recolher informação sobre o movimento de processos, no Tribunal de contas, o número de pareceres sobre contas, de auditorias e verificação de contas e de guias para pagamento voluntário de multas e relevações de responsabilidade.

- **III.4 Financiamento da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Financiamento total:	
○ da Entidade responsável.....	<input checked="" type="checkbox"/>
○ da União Europeia (EUROSTAT)	<input type="checkbox"/>
○ de outra Entidade.....	<input type="checkbox"/>
○ Especificar:_____	
• Cofinanciamento:	
○ Entidade responsável e União Europeia	<input type="checkbox"/>
○ Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia).....	<input type="checkbox"/>
Especificar:_____	

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

• IV.1 Tipo de operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Inquérito amostral	<input type="checkbox"/>
• Recenseamento	<input checked="" type="checkbox"/>
• Estudo estatístico	<input type="checkbox"/>

• IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Fonte Direta	<input checked="" type="checkbox"/>
• Fonte Não-direta	
○ Fonte administrativa	<input type="checkbox"/>
○ Outra operação estatística	<input type="checkbox"/>
○ Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

• IV.3 Periodicidade da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Mensal	<input type="checkbox"/>
• Trimestral	<input type="checkbox"/>
• Semestral	<input type="checkbox"/>
• Anual	<input checked="" type="checkbox"/>
• Não periódico	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Continente	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>
• País	<input checked="" type="checkbox"/>
• Outro	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

• IV.5 Principais utilizadores da informação

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional	
○ INE	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Banco de Portugal	<input type="checkbox"/>
○ Direção Regional de Estatística da Madeira	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Serviço Regional de Estatística dos Açores	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Entidades com delegação de competências	<input checked="" type="checkbox"/>
Especificar: Direção Geral da Política de Justiça	
• Outros utilizadores nacionais	<input checked="" type="checkbox"/>
Especificar: Administração pública, Administração Pública Central – Ministério da Justiça; Pessoas singulares - Utilizadores Individuais	
• Utilizadores comunitários e outros (internacionais)	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

• IV.6 Difusão

○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação

A informação relativa ao ano n é disponibilizada em 31 de maio do ano n+1 (dados provisórios) e 31 de outubro do ano n+1 (dados definitivos).

○ **IV.6.2 Revisões**

Não existem revisões

▪ **IV.6.2.1 Tipos de revisões de dados adotadas:**

Não aplicável

▪ **IV.6.2.2 Circunstância em que são efetuadas as revisões:**

Não aplicável

▪ **IV.6.2.3 Frequência das revisões:**

Não aplicável

○ **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

Preencher o seguinte quadro:

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	Designação do produto	Periodicidade de disponibilização	Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)
Publicação	Estatísticas dos Processos no	Anual	País
Indicadores estatísticos	Tribunal de Contas	Anual	País

V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

- ***V.1 População-alvo***

Processos no Tribunal de Contas

- ***V.2 Base de amostragem***

Não aplicável.

- ***V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação***

Processo

- ***V.4 Desenho da amostra***

- ***V.4.1 Características da amostra***

Não aplicável.

- ***V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra***

Não aplicável.

- ***V.5 Construção do (s) questionário(s)***

- ***V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)***

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- | | |
|---|-------------------------------------|
| • Testes de gabinete | <input type="checkbox"/> |
| • Testes de campo | <input type="checkbox"/> |
| • Testes específicos para questionários eletrónicos | <input checked="" type="checkbox"/> |
| • No âmbito de Inquérito-piloto | <input type="checkbox"/> |
| • Não foram efetuados testes de pré-recolha | <input type="checkbox"/> |

- **V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)**

Desconhecido.

- **V.6 Recolha de dados**

- **V.6.1 Recolha direta de dados**

Recolha de dados por preenchimento de quadros em formato Microsoft Excel.

- **V.6.1.1 Período (s) de recolha**

Os quadros deverão ser preenchidos pelo Tribunal de Contas até 15 de janeiro do ano seguinte àquele a que respeita a informação.

- **V.6.1.2 Método (s) de recolha**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

● Recolha por entrevista:	
○ Presencial com Computador (“CAPI”)	<input type="checkbox"/>
○ Presencial sem computador	<input type="checkbox"/>
○ Telefónica com Computador (“CATI”)	<input type="checkbox"/>
○ Telefónica sem computador	<input type="checkbox"/>
● Recolha por autopreenchimento:	
○ Questionário eletrónico.....	<input type="checkbox"/>
○ Transmissão eletrónica de um ficheiro com estrutura de dados pré-definida (inclui Excel e aplicação)	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Questionário em papel	<input type="checkbox"/>
● Recolha por observação direta	<input type="checkbox"/>

- **V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha**

Não aplicável.

▪ **V.6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”**

Assinalar uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Sim	<input type="checkbox"/>
Especificar o critério: _____	
• Não	<input checked="" type="checkbox"/>

▪ **V.6.1.5 Sessões informativas**

Não aplicável.

○ **V.6.2 Recolha não-direta de dados**

Não aplicável.

• **V.7 Tratamento de dados**

○ **V.7.1 Validação e análise**

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| • Regras de domínio | <input type="checkbox"/> |
| • Regras de coerência | <input checked="" type="checkbox"/> |
| • Regras de estrutura | <input type="checkbox"/> |

2. Fazer uma breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos.

Os dados recebidos da entidade notadora nos quadros em Microsoft Excel são analisados e validados pela DGPI, nomeadamente pela aplicação do segredo estatístico e de sinais convencionais, bem como a avaliação da coerência entre os dados do ano e os dados do ano anterior. São igualmente revistos em termos de formatação e preparados para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

Na avaliação da qualidade dos dados avalia-se quer o “contexto/sentido” dos dados em relação a períodos anteriores, quer a coerência dos dados e o seu enquadramento legal.

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento.

Não aplicável.

○ ***V.7.2 Tratamento de não respostas***

Não aplicável.

○ ***V.7.3 Obtenção de resultados***

Os dados são obtidos por agregação dos valores efetivos e sujeitos a uma análise descritiva.

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), Microsoft Visual Studio, Microsoft SQL Server (incluindo componentes de Business Intelligence) e Microsoft Sharepoint.

○ ***V.7.4 Ajustamentos dos dados***

Não aplicável.

○ ***V.7.5 Comparabilidade e coerência***

A coerência é assegurada através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados com anos anteriores, provisórios e definitivos em termos de análise temporal. Assinalam-se as alterações legislativas e procede-se a inserção de notas metodológicas e se necessário a quebra de séries.

○ *V.7.6 Confidencialidade dos dados*

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☒
- Não ☐

A recolha, tratamento e divulgação dos dados é feita de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, designadamente o artigo 6.º que estabelece a aplicação do princípio do segredo estatístico aos dados.

Quaisquer unidades estatísticas, direta ou indiretamente identificáveis, não podem ser divulgadas, não só pela proteção conferida por este princípio, mas também pelo dever de confidencialidade que decorre da aplicação da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (Regulamento Geral de Proteção de Dados/RGPD).

O tratamento dos dados não permite qualquer identificação direta ou indireta dos intervenientes, sendo divulgados apenas quando se referem a três ou mais ocorrências. A ocultação de dados confidenciais realiza-se pela aplicação dos métodos de supressão e agregação.

VI. Suportes de recolha e Variáveis de observação

- 1- Suporte de recolha associados: Processos no Tribunal de Contas - **Nº Registo 10476**, válido até 31/12/2024.
- 2- Entidades Inquiridas: Tribunal de Contas
- 3- Variáveis de observação: Para maior detalhe sobre estas variáveis consultar no SMI o Suporte de Recolha web, associado: **SR_10476** (<https://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10476>).

Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
				Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
		Ano							
		Sede	Tribunal						
		Secções	Tribunal						
		Processos de visto	Processo						
		Tipo de decisão	Processo						
		Fiscalização prévia	Processo						
		Recursos ordinários de decisão de recusa de visto	Processo						
		Pareceres sobre contas gerais	Parecer						
		Auditorias e verificação de contas externas	Auditoria e verificação de contas						

Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
				Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
		Auditorias e verificação de contas internas	Auditoria e verificação de contas						
		Efetivação da responsabilidade financeira	Processo						
		Recursos ordinários	Processo						
		Pagamento voluntário de multas e relevação da responsabilidade	Guia						

Nota: a informação relativa a variáveis de observação tem carácter provisório.

VII. Variáveis Derivadas

Não aplicável.

VIII. Indicadores a disponibilizar

Nota: Indicadores a disponibilizar no portal das Estatísticas da Justiça.

Indicador	Variável medida			Dimensões de análise					
				Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
	Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
Processos de visto e tipo de decisões por tipo de tribunal (Fiscalização prévia)			Processo			Ano			
						Tribunal			
Movimento de recursos ordinários de decisões de recusa de visto (fiscalização prévia)			Processo			Ano			
						Tribunal			
						Tipo de decisão			
Pareceres sobre a Conta Geral do Estado, as Contas das Regiões Autónomas e as Contas das Assembleias da República e Legislativas das Regiões Autónomas			Parecer			Ano			
Auditorias e Verificação de Contas Concluídas			Auditoria e verificação de contas			Ano			
						Tribunal			
Efetivação de Responsabilidade Financeira			Processo			Ano			

Indicador	Variável medida			Dimensões de análise					
				Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
	Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
Efetivação de Responsabilidade Financeira						Tribunal			
						Fase do processo			
Recursos Ordinários			Processo			Ano			
						Tribunal			
						Fase do processo			
						Espécie			
Guias emitidas para pagamento voluntário de multas e relevação de responsabilidade			Guias			Ano			
						Fiscalização			
						Demandantes			
						Montante			

IX. Conceitos

Código	Designação	Definição
322	Acórdão	Decisão proferida por um tribunal coletivo.
412	Multa	Sanção de natureza pecuniária que se destina a punir a prática de um crime, transgressão, contravenção ou infração disciplinar.
429	Processo	Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e atos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos atos e diligências praticadas no desenvolvimento da ação.
451	Recurso	Pedido de reponderação sobre certa decisão judicial apresentado a tribunal.
456	Recurso Ordinário	Recurso que é interposto antes do trânsito em julgado da decisão
485	Tribunal	Órgão de soberania investido na função de assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, de reprimir a violação da legalidade e de dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.

X. Classificações

Lista de classificações utilizadas:

Código (versão)	Designação (versão)	Sigla
V00017	Código da Divisão Administrativa	
V03505	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, versão de 2013	NUTS 2013

XI. Siglas e abreviaturas

Lista de abreviaturas e acrónimos (siglas) utilizados:

Código	Designação	Extensão
4583	DGPJ	Direção Geral da Política de Justiça
11404	DEJ	Divisão de Estatísticas da Justiça
4492	DMet	Documento metodológico
6319	SIEJ	Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça
5778	SQL	Structure Query Language
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
4578	UO	Unidade Orgânica
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, IP
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
5742	WEB	World Wide Web
4193	MJ	Ministério da Justiça

XII. Bibliografia

Documento Metodológico das operações estatísticas (DMet). Versão 2.0 setembro 2011. Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Website do Instituto Nacional de Estatística: <https://www.ine.pt>

Website da Direção-Geral da Política da Justiça: <https://dgpj.justica.gov.pt>